



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Florestan Fernandes: 100 Anos do “Pai” da Sociologia Brasileira

AN Original

Em janeiro de 2005 foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes. Há 15 anos a escola que foi construída e é mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com apoio de outros movimentos, ganhou(...)

Por Marcela Uchôa



[es](#) Reflexión Anticolonialismo

Sesgo racial de la educación elitista en Bolivia

AN Original

En 2017, investigué los requisitos de ingreso de seis colegios de élite, tres de Santa Cruz (Santa Cruz International School, Colegio Alemán y Lycée Français de Santa Cruz) y tres en La Paz (Colegio Alemán,...)

Por Fernando Molina



[en](#) News Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Message to the world social forum: second manifesto of Porto Alegre - from an open space to a space for action

AN Original

Version en español abajo.

By Frei Betto et al.



[pt](#) Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Capitalismo

"Viver não é preciso" - Cuidado ou controle na pós pandemia?

AN Original

O cuidado se coloca como questão essencial neste momento de pandemia: cuidado com a saúde, física e mental, com as relações que precisam se manter vivas apesar da distância física.

Por Maria Elisa Borges



[es](#) Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Un llamado contra la simplificación. Sobre los pueblos originarios y su re-existencia entre opresiones y emancipaciones

AN Original

Los pueblos originarios pueden ser concebidos de múltiples y diversas formas. Todas ellas deberían tener presente la inagotable heterogeneidad y riqueza que dentro y entre estos pueblos existe. En estas líneas(...)

Por Ricardo Robles Zamarripa



pt Notícias Anti-Colonialismo Anti-Capitalismo

A Amazônia entre projetos de vida e projetos de morte: Brasil, Colômbia e Peru

AN Original

A atual crise causada por uma versão nova e repentina do corona vírus impactou muitos países do mundo, sendo uma pandemia que a humanidade sofre como um transe coletivo compartilhado. Se por um lado o vírus é(...)

Por Edwin Medina, Luana Coelho, Pedro Martins



pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Moçambique, as mulheres e a pandemia – II

AN Original - Alice Comenta

A escala global do fenómeno da infecção pelo novo Coronavírus, a rapidez da sua disseminação e a sua letalidade são, para além da tragédia, uma oportunidade para pensar colectivamente sobre as possibilidades(...)

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Imigração e Criminalidade. O Problema das Estatísticas Oficiais na Itália

AN Original

Em debates públicos sobre imigração, ouvimos falar do envolvimento dos imigrantes em episódios de crimes: pensa-se que os migrantes sejam mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos porque, ao(...)

Por Rodrigues Alfredo

SUGESTÕES

SUGGESTIONS

Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
 Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
 Apartado 3087
 3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
 Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
 Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

Florestan Fernandes: 100 Anos do “Pai” da Sociologia Brasileira

AN Original

2020-08-18

Por Marcela Uchôa

Em janeiro de 2005 foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes. Há 15 anos a escola que foi construída e é mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com apoio de outros movimentos, ganhou forma. De lá pra cá a escola se tornou referência internacional por unir a prática com a teoria política. Ao longo do ano, militantes, dirigentes e quadros de organizações populares que lutam pela construção de mudanças sociais, estudam teoria política nacional e internacional com foco em diversos temas como: questão agrária, marxismo, feminismo, entre outros...



Mas, quem é a pessoa por trás do nome que inspira essa iniciativa e tantas outras práticas políticas inspiradoras? Filho único de uma imigrante portuguesa que chegou ao Brasil para trabalhar aos 13 anos de idade, a mãe Maria Fernandes garantiu a subsistência dela e do filho por muitos anos como empregada doméstica. De engraxate, ajudante de barbeiro, à professor e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Florestan Fernandes nunca esqueceu suas origens. No último dia 22 de julho de 2020, completaria cem anos.

A partir de uma análise apurada da própria constituição histórica da sociedade brasileira constata que o modo de produção capitalista no Brasil não precisou de uma revolução para se estabelecer. As dinâmicas imperialistas e a escravização se entrelaçaram para fazer surgir o que ele chama, à luz da teoria marxista, de "capitalismo dependente". Característica que pode ser facilmente constatada na relação de dependência que a burguesia brasileira tem com o capitalismo central. A desindustrialização do Brasil e a condição de exportador de commodities, são reflexos desse processo.

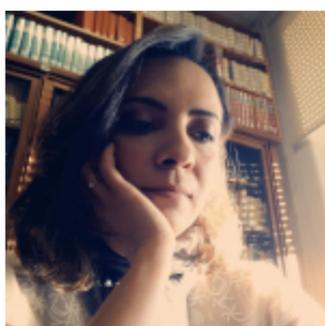
Essa análise fez com que Florestan constatasse que o desenvolvimento nacional de forma autônoma não era possível, pois sempre estaria atrelado às dinâmicas do capitalismo central. E as soluções políticas dadas pela 'burguesia' brasileira nunca promoveriam as mudanças efetivamente necessárias para o desenvolvimento social do país, como as reformas agrária e educacional. Se o capitalismo central subjuga a burguesia brasileira, esta também violenta a classe trabalhadora com sua mentalidade escravocrata. A construção de um país pautada em reformas agrária e educacional, era a resposta a essa dinâmica opressora, e para o sociólogo essa transformação só podia ser levada a cabo pela classe trabalhadora, só ela podia levar adiante a prática revolucionária transformadora.

Empenhado em desenvolver uma sociologia brasileira, como professor desenvolveu uma série de trabalhos, orientou dezenas de teses sobre o subdesenvolvimento capitalista e seus reflexos no processo de industrialização e impactos sociais no país. Após o golpe militar de 1964 produziu diagnósticos reveladores sobre educação, identificando obstáculos históricos e sociais e o papel das Universidades públicas no Brasil diante da tentativa de silenciamento e repressão que estava por trás da reforma universitária proposta pelos militares.

Com o ativismo político e as denúncias ao regime veio a aposentadoria compulsória em 1969, que em momento algum o afastou da sua ação política militante. Por não ver no horizonte político nacional nenhuma alternativa que levasse a cabo uma proposta socialista radical filia-se em 1986 ao partido dos trabalhadores (PT), ainda que reconhecesse que o partido estava longe de representar um 'socialismo de massas'. Em 1987 se elege deputado federal, na Assembleia Nacional Constituinte, tendo destaque em debates sobre educação pública. Sua crítica à falta de um programa que reivindicasse o partido como núcleo político da classe trabalhadora, devido às ambiguidades provocadas pelas correntes mais intelectualistas e as tendências cristã e social-democrata, não o impediram de ser um representante da contracorrente com ideais revolucionários que embasavam seus projetos sociais e políticos.

Com mais de cinquenta obras publicadas, o sociólogo também foi um dos responsáveis pela elaboração do capítulo da Constituição que defende a autonomia das universidades, bem como a defesa da gratuidade e qualidade do ensino público. Sociólogo marxista e referência de movimentos sociais e educacionais, em 4 de julho de 1990 retorna ao país que guarda as origens de sua família materna, Portugal, para ser laureado com o título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, na Sala dos Capelos, apadrinhado pelo professor Doutor Boaventura de Sousa Santos.

Falecido em 10 de agosto de 1995, resgatar o legado material e imaterial deixado por Florestan Fernandes, é resgatar a política enquanto força transformadora do mundo.



Marcela Uchoa é membro do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra (IEF); está a concluir o Doutorado em Filosofia Política na Universidade de Coimbra; é mestre em Filosofia; licenciada em Filosofia; professora de ética e Filosofia do Direito - Brasil.

Sesgo racial de la educación elitista en Bolivia

AN Original

2020-08-11

Por Fernando Molina

En 2017, investigué los requisitos de ingreso de seis colegios de élite, tres de Santa Cruz (Santa Cruz International School, Colegio Alemán y Lycée Français de Santa Cruz) y tres en La Paz (Colegio Alemán, Saint Andrew's School y Franco-Boliviano). Junto a otros varios establecimientos, estos colegios educan a los niños de las clases superiores del país. Son “elitistas” porque están orientados a dotar de prestigio social a quienes ya lo poseen, una circularidad que estos establecimientos no ponen en cuestión y que, por el contrario, aseguran por medio de la aplicación de un conjunto de mecanismos que paso a mencionar:



Alto costo: Los colegios investigados me informaron –con grandes reticencias– que cobran cuotas de entre \$us 485 y 600, siendo lo normal que las cuotas sean 10 por año. La rebaja de este precio para una familia que tenga dos o tres hijos en el mismo colegio es mínima. Para garantizar la plaza que necesitan, los niños deben ser inscritos desde los cuatro años, lo que significa que sus padres pagarán la

colegiatura por 14 años (abonando al final entre \$us 68.000 y 84.000 por hijo). Ninguno de estos colegios ofrece becas para estudiantes bolivianos.

Umbrales de acceso: Los colegios requieren de los niños que quieren cursar el kínder un determinado “grado de madurez” que verifican evaluando la familiaridad del niño con un idioma extranjero y su habilidad para socializar, todo lo cual exige que las familias de proveniencia de los estudiantes posean capitales culturales occidentales y eurocéntricos. La selección de postulantes da prioridad a los niños de familias “conocidas”, hijos de exalumnos y/o de amigos de la comunidad educativa (vecinos del barrio en el que el establecimiento se encuentra, por ejemplo), todo lo cual asegura la ya mencionada circularidad o, para llamarla de otra forma, la “endogamia” de la educación elitista. Como es lógico, estos colegios se hallan ubicados en barrios acomodados; luego, prestan servicios a quienes habitan en ellos, que también son acomodados. En algunos casos éstos constituyen la tercera o cuarta generación que se educa en el mismo lugar, etc.

Los umbrales no solo determinan el acceso a los establecimientos, sino también la posibilidad de actuar dentro de las redes compuestas por los padres de los estudiantes de la “comunidad educativa”, actuación que exige capitales sociales y simbólicos específicos.

Barreras de acceso: Se realizan evaluaciones de la madurez de los pequeños de seis años. Éstas sirven para detectar a los candidatos con un menor potencial de adaptación a las exigencias y características del colegio. Aunque se niegue formalmente, es inevitable que en estas evaluaciones intervengan consideraciones de orden social: que se note el tipo de vestimenta, la forma de hablar, el fenotipo racial, etc. de los niños y sus madres o padres. Como la ciencia social sabe desde hace mucho, ninguna observación es totalmente inocente. Los evaluadores no responden a criterios objetivos sino a las políticas de sus establecimientos. Éstos tienen un interés económico muy claro: mantener su alta consideración entre las capas superiores de la sociedad, conservarse “prestigiosos”. Aunque deben actuar con equidad entre las distintas familias demandantes del servicio, también deben consagrarse especialmente a satisfacer las demandas de las *familias iguales*, es decir, de los padres y los niños que ya están previamente integrados al medio social en el que funciona el colegio, y disminuir su sensibilidad hacia las necesidades de las *familias diferentes*. Así, cuando algunos niños de estas familias son admitidos tienen más posibilidades de sufrir problemas académicos. Cuando aparecen, los “Quispe y Ticona” no son los más populares ni los mejores alumnos.

Así, la educación elitista reproduce el sesgo racial que ya tienen las clases superiores de la sociedad. La educación es un mecanismo de *transmisión de la herencia social*; por esto funciona como el medio fundamental de enclasmamiento de los niños y jóvenes *herederos* (herederos de la clase o del estatus), y no se encuentra al alcance de los sectores sociales tradicionalmente *desheredados*, como los indígenas y mestizos indigenizados.

Fernando Molina es escritor y periodista.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
- inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Message to the world social forum: second manifesto of Porto Alegre - from an open space to a space for action

AN Original

2020-08-09

By Frei Betto et al.

Version en español abajo.

Versão em português abaixo.

Version française ci-dessous.



Message to the world social forum: second manifesto of Porto Alegre - from an open space to a space for action

We, Frei Betto, Atilio Borón, Bernard Cassen, Adolfo Perez Esquivel, Federico Mayor, Riccardo Petrella, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Boaventura Santos, Roberto Savio, Aminata Traoré, are the signatories of the Declaration of Porto Alegre, in the WSF of 2005. We have lost since then wonderful friends (Samir Amin, Eduardo Galeano, Samuel Ruiz Garcia, Francois Houtart, José Saramago, Immanuel Wallerstein). But we have shared a lot with them, and we are convinced of what they would think today. Those we are still alive have decided to send this message to the WSF, to provide one more element of stimulus and reflection. The spirit of our initiative is well represented by the message of participation to the initiative, written by the Peace Nobel Prize, Adolfo Perez Esquivel: *“Thanks for the initiative to revive the hope and the strength of the WSF. For some time, we have been thinking of something similar, to find again paths that would identify us with the diversity in thinking and in actions, to face the challenges of our time. Dear brothers, I join my signature, and I give you a warm hug”*

Is the World Social Forum, which celebrates its 20th anniversary in 2021, just an open space or can it (should it) also be a space for action? This question has been discussed for years in the WSF International Council, and so far, it has not been possible to reach a conclusion.

At the Porto Alegre WSF, back in 2005, a few of us launched the "Porto Alegre Manifesto" voicing concern about the growing marginalisation of the WSF on the global stage. We knew that this broke the Forum's rule against making declarations, but we felt that this would be a way to contribute the rich debates at Porto Alegre, to international politics. The following year, the "Bamako Call" was issued in a similar vein. Neither of these calls received a response.

Fifteen years on, our concerns were shown to be quite real. The Forum began in 2001, thanks to the generous and visionary work of the Brazilian group and the support they then received during Lula's presidency. Progressive internationalisation brought the WSF to every continent. The idea of opening a space for social movements, and for critical intellectuals exchanging experiences and ideas, to dispute the hegemony of neoliberalism, was a revolutionary one. This had a significant global impact.

Contravening the threat of a US war against Iraq, the WSF demonstrated its immense potential by calling for massive, globally coordinated marches to reject the war. However, these kinds of initiatives were not continued.

Unfortunately, even now, almost two decades later, the WSF has not accepted any change to its rules or practices. The idea of an open space, impeded from interacting with the outside world as a global political actor, left the Forum as a marginal player. It is no longer a point of reference. In recent years at least three major popular movements have mobilized millions across the globe: the fight against climate change, for gender equality, and against racism. In these, as a global collective actor, the WSF has been completely absent. However the founding idea of the WSF, to combat neoliberalism from a holistic vision (and in a non-sectoral manner) has lost neither its strength nor its validity. The same goes for the WSF's struggles against colonialism and the patriarchy, and calling for the respect of nature and of the commons.

Action is required. The world has changed, and not for the better. Today, not only do we face the devastating consequences of forty years of neoliberal capitalism, we are also dominated by the financial markets and threatened by rapid climate change which could make human life on Earth impossible. Mass poverty and growing inequality divide our societies, as do racism and discrimination.

Resistance is also growing. In 2019 we have seen an overwhelming surge in movements, mainly from youth, in many major cities around the world. They know that the old world is dying, and they're impatient to build another just and peaceful world, where all men and women are equal, conserving nature and with an economy subservient to society's needs. They are preparing many alternatives, but they lack a space in which they can come together, to create common global narratives, based on grassroots experiences, capable of driving future actions. Progressive activists and academics are so fragmented that they not only risk just losing the battle, but also the war.

COVID-19 is yet another crisis, albeit one that for the first time affects everyone simultaneously, although not with the same intensity. The world has become a village, one in which we are all interdependent. Never before has it been so clear that we must, in fact, act, and we must do it together. The World Social Forum still has significant potential to give voice to these movements, to help them put their alternatives in a global context and allow these new conversations and practices to converge. For this reason, we who have participated in the WSF since its inception, who have signed the declarations of Porto Alegre and Bamako, are calling for a "renewed World Social Forum". We face a multidimensional global crisis; local, national and global actions are required, with all the necessary articulation between these levels. The WSF is the ideal framework to encourage action. That is what this initiative is all about.



Mensaje al foro social mundial: segundo manifiesto de Porto Alegre - de espacio abierto a espacio de acción

Hemos firmado la carta, Frei Betto, Atilio Borón, Bernard Cassen, Adolfo Perez Esquivel, Federico Mayor, Riccardo Petrella, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Boaventura Santos, Roberto Savio, Aminata Traoré, todos firmantes de la declaración de Porto Alegre. Hemos perdido, desde 2005, brillantes compañeros (Eduardo Galeano, José Saramago, Francois Houtart, Samir Amin, Samuel Ruiz Garcia, Immanuel Wallerstein). Pero hemos compartido mucho con ellos y creemos saber lo que pensarían. Los que estamos vivo hemos querido enviar este mensaje al FSM, para que tenga un elemento más de estímulo y de reflexión. El espíritu de nuestra iniciativa queda representado en el mensaje de adhesión del Premio Nobel para la Paz, Adolfo Perez Esquivel: *“gracias por la iniciativa de revivir la fuerza y esperanza del FSM, hace tiempo estabamos pensando en algo semejante de volver a encontrar caminos que nos identifiquen en la diversidad del pensamiento y de las acciones para enfrentar los desafíos de nuestro tiempo. Desde ya queridos hermanos sumo mi firma y les abrazo”*.

¿El Foro Social Mundial, que celebra su vigésimo aniversario en 2021, es sólo un espacio abierto o puede, debería ser, también un espacio de acción? Esta cuestión ha sido discutida durante años en su Consejo Internacional y hasta ahora no hubo posibilidad de llegar a una conclusión.

En el FSM de Porto Alegre del 2005 algunos de nosotros lanzamos el “Manifiesto de Porto Alegre”, preocupados por la creciente marginalización del FSM en la escena global. Sabíamos que rompíamos la regla de que el Foro no puede hacer declaraciones pero nos pareció una manera de contribuir con los ricos debates de Porto Alegre a la política internacional. Al año siguiente se difundió el “Llamado de Bamako”, en el mismo sentido. Ninguno de ellos tuvo respuesta.

Después de 15 años, nuestra preocupación se ha revelado sumamente real. El Foro nació en el 2001 por el esfuerzo generoso y visionario del grupo brasileño y el apoyo que encontraron en la época de Lula. La progresiva internacionalización llevó al FSM a todos los continentes. La idea de abrir un espacio a los movimientos sociales y a intelectuales críticos para intercambio de experiencias y de ideas, en pos de combatir al pensamiento único del neoliberalismo, era una idea revolucionaria y de gran impacto en el mundo. Ante la amenaza del inicio de la guerra de EEUU contra Irak el FSM mostró su inmenso potencial convocando a multitudinarias marchas de rechazo coordinadas globalmente. Sin embargo, ese tipo de iniciativas no prosperó.

Desgraciadamente, el FSM no ha aceptado ningún cambio de sus reglas y prácticas, aunque estamos en la víspera de dos décadas de su creación. La idea de un espacio abierto, sin posibilidad de interactuar con el mundo exterior como un sujeto político global, ha hecho del Foro un actor marginal, que ya no es punto de referencia. En estos últimos años por lo menos tres grandes movimientos populares han movilizado millones de personas en el mundo: el de la lucha en contra del cambio climático, por la igualdad de género, y el antirracismo. Allí el FSM ha estado totalmente ausente como actor colectivo global. Pero la idea creativa del FSM, de luchar en contra del neoliberalismo con una visión holística y no sectorial, mantiene toda su fuerza y vigencia, junto a las luchas anticoloniales, antipatriarcales y por el respeto a la naturaleza y los bienes comunes que hoy nos convocan.

Se necesita acción. El mundo ha cambiado, y no para mejor. Hoy, no sólo nos enfrentamos a las devastadoras consecuencias de cuarenta años de capitalismo neoliberal, estamos dominados por los mercados financieros y amenazados por el rápido cambio climático que podría hacer imposible la vida humana en la tierra. La pobreza masiva y las desigualdades crecientes dividen nuestras sociedades, junto con el racismo y la discriminación.

La resistencia también está creciendo. 2019 ha visto un flujo abrumador de movimientos principalmente de jóvenes, en una gran cantidad de ciudades importantes de todo el mundo. Ellos saben que el viejo mundo está muriendo, y con impaciencia quieren construir un mundo nuevo, de justicia y paz, donde todos los hombres y mujeres sean iguales, donde se conserve la naturaleza y la economía esté al servicio de la sociedad. Se están preparando muchas alternativas, pero no hay un espacio que pueda reunirlos y construir nuevas narrativas comunes y globales, basadas en experiencias de base y capaces de guiar acciones futuras. Los activistas y académicos progresistas están tan fragmentados que corren el riesgo de perder no solo la batalla sino también la guerra.

COVID-19 es sólo otra crisis, que por primera vez afecta a todas las personas al mismo tiempo, a pesar de que no con la misma intensidad. El mundo se ha convertido en una aldea en la que somos interdependientes. Nunca antes había sido tan claro que, de hecho, tenemos que actuar y hacerlo juntos. El Foro Social Mundial todavía tiene un gran potencial para darle voz y ayudar a los movimientos a poner sus alternativas en un contexto global donde los nuevos discursos y prácticas puedan converger. Es por eso que, los que participamos en el FSM desde su inicio y firmamos las declaraciones de Porto Alegre y Bamakò, pedimos un “renovado foro social mundial”. Nos enfrentamos a una crisis global multidimensional; se necesita acción a nivel local, nacional y global, con una articulación adecuada entre ellos. El FSM es el marco ideal para promover esta acción. De eso se trata esta iniciativa.



Mensagem ao fórum social mundial: segundo manifesto de Porto Alegre - de espaço aberto a espaço de acção

Nós, Frei Betto, Atilio Borón, Bernard Cassen, Adolfo Perez Esquivel, Federico Mayor, Riccardo Petrella, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Boaventura Santos, Roberto Savio, Aminata Traoré, fomos signatários da declaração de Porto Alegre, no Fórum Social de 2005. Desde então, perdemos companheiros brilhantes (Eduardo Galeano, José Saramago, François Houtart, Samir Amin, Samuel Ruiz Garcia, Immanuel Wallerstein). Mas compartilhamos muito com eles e achamos que sabemos o que pensariam hoje. Aqueles que ainda estão vivos decidiram enviar esta mensagem ao FSM, para que constitua um elemento mais de incentivo e reflexão. O espírito da nossa iniciativa está bem representado na mensagem de adesão do Prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel: “*Obrigado pela iniciativa de reviver a força e a esperança do FSM, há muito tempo que pensávamos em algo semelhante, para redescobrir caminhos que nos identifiquem na diversidade de pensamentos e acções para enfrentar os desafios de nosso tempo. De agora em diante, queridos irmãos, junto à vossa a minha assinatura e o meu abraço*”.

O Fórum Social Mundial, que celebra seu vigésimo aniversário em 2021, é apenas um espaço aberto ou poderia (deveria) ser, também um espaço de acção? Esta questão foi discutida durante anos no seu Conselho Internacional e até agora não foi possível chegar a uma conclusão.

No FSM em Porto Alegre, em 2005, alguns de nós lançamos o "Manifesto de Porto Alegre", preocupados com a crescente marginalização do FSM no cenário global. Sabíamos que estávamos a violar a regra de que o Fórum não pode fazer declarações, mas parecia-nos uma maneira de contribuir com os ricos debates em Porto Alegre para a política internacional. No ano seguinte difundiu-se, no mesmo sentido, o "Apelo de Bamako". Nenhum deles teve resposta.

Após 15 anos, a nossa preocupação revelou-se muito real. O Fórum nasceu em 2001, graças ao esforço generoso e visionário do grupo brasileiro e ao apoio que encontraram na época de Lula. A internacionalização progressiva levou o FSM a todos os continentes. A ideia de abrir um espaço para os movimentos sociais e intelectuais críticos trocarem experiências e ideias, a fim de combater o pensamento único do neoliberalismo, era uma ideia revolucionária com grande impacto no mundo. Diante da ameaça do início da guerra dos EUA contra o Iraque, o FSM mostrou seu imenso potencial convocando marchas de protesto maciças e coordenadas globalmente. Contudo, este tipo de iniciativas não prosperou.

Infelizmente, o FSM não aceitou nenhuma mudança nas suas regras e práticas, embora estejamos às vésperas de duas décadas desde a sua criação. A ideia de um espaço aberto, sem a possibilidade de interagir com o mundo exterior como sujeito político global, fez do Fórum um actor marginal, que deixou de ser um ponto de referência. Nos últimos anos, pelo menos três grandes movimentos populares mobilizaram milhões de pessoas em todo o mundo: o da luta contra as mudanças climáticas, pela igualdade de género e o anti-racismo. O FSM esteve totalmente ausente como actor colectivo global. Mas a ideia fundadora do FSM, de lutar contra o neoliberalismo com uma visão holística e não sectorial, mantém toda a sua força e validade, juntamente com as lutas anticolonial e antipatriarcal e pelo respeito à natureza e aos bens comuns que hoje nos convocam.

É preciso agir. O mundo mudou, e não para melhor. Hoje, não enfrentamos apenas as consequências devastadoras de quarenta anos de capitalismo neoliberal, como somos dominados pelos mercados financeiros e ameaçados pelas rápidas mudanças climáticas que poderiam tornar impossível a vida humana na Terra. A pobreza maciça e as crescentes desigualdades dividem as nossas sociedades, juntamente com o racismo e discriminação.

A resistência também está a crescer. O ano de 2019 registou um fluxo avassalador de movimentos, principalmente de jovens, num grande número de grandes cidades ao redor do mundo. Eles sabem que o velho mundo está a morrer e desejam ansiosamente construir um novo mundo de justiça e paz, onde todos os homens e mulheres sejam iguais, onde a natureza seja preservada e a economia esteja ao serviço da sociedade. Muitas alternativas estão a ser preparadas, mas falta um espaço que possa reuni-las e construir novas narrativas comuns e globais, baseadas em experiências populares e capazes de orientar ações futuras. Activistas e estudiosos progressistas estão tão fragmentados que correm o risco de perder não apenas a batalha, mas também a guerra.

A COVID-19 é apenas mais uma crise, que pela primeira vez afecta todas as pessoas ao mesmo tempo, embora não com a mesma intensidade. O mundo tornou-se uma aldeia na qual somos interdependentes. Nunca antes foi tão claro que temos realmente que actuar e fazê-lo juntos. O Fórum Social Mundial mantém um grande potencial para dar voz e ajudar os movimentos a colocar as suas alternativas num contexto global em que novos discursos e práticas possam convergir. Por isso, nós que participamos do FSM desde a sua criação e assinamos as declarações de Porto Alegre e Bamako, pedimos um "Fórum Social Mundial renovado". Estamos a enfrentar uma crise global multidimensional; são necessárias acções a nível local, nacional e global, com uma articulação adequada entre elas. O FSM é a estrutura ideal para promover esta acção, e é disso que trata esta iniciativa.



Message au forum social mondial: deuxième manifeste de Porto Alegre – d'un espace ouvert à un espace d'action

Nous, Frei Betto, Atilio Borón, Bernard Cassen, Adolfo Perez Esquivel, Federico Mayor, Riccardo Petrella, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Boaventura Santos, Roberto Savio, Aminata Traoré, sommes les signataires de la Déclaration de Porto Alegre, publiée à l'occasion du Forum Social Mondial de 2005. Depuis, nous avons perdu des amis formidables (Samir Amin, Eduardo Galeano, Samuel Ruiz Garcia, François Houtart, José Saramago, Immanuel Wallerstein). Nous avons partagé beaucoup avec eux et nous sommes sûrs de ce qu'il penseraient aujourd'hui. Mais ceux qui sont toujours vivants ont décidé d'envoyer un message au FSM afin de donner quelques éléments stimulants de réflexion. L'objectif de cette initiative a été excellemment exprimé par le prix Nobel Adolfo Perez Esquivel : *'Merci de cette initiative qui veut faire revivre l'espoir et la force du FSM. Nous avons pensé à quelque chose de similaire, à trouver un chemin qui nous identifie à la diversité de pensée et d'action face aux défis de notre époque. Chers frères, je me joins à vous avec ma signature. Je vous embrasse.'*

Le Forum social mondial fêtera ses 20 ans d'existence en 2021. N'est-il qu'un espace ouvert ou devrait-il être aussi un espace d'action? Cette question a été discutée pendant des années au Conseil international du FSM, et jusqu'à présent, il n'a pas été possible d'arriver à une conclusion.

Au FSM de Porto Alegre, en 2005, quelques-uns d'entre nous ont lancé le «Manifeste de Porto Alegre» en exprimant leur inquiétude face à la marginalisation croissante du FSM sur la scène mondiale. Nous savions que cela enfreignait la règle du Forum interdisant de faire des déclarations, mais nous estimions que ce serait une façon d'apporter les riches débats de Porto Alegre à la politique internationale. L'année suivante, l'« Appel de Bamako » a été lancé dans le même esprit. Aucun de ces appels n'a reçu de réponse.

Quinze ans plus tard, nos préoccupations se sont révélées bien réelles. Le Forum avait débuté en 2001 avec le travail généreux et visionnaire du groupe brésilien et le soutien qu'il a reçu pendant la présidence de Lula. L'internationalisation progressive a amené le FSM sur tous les continents. L'idée d'ouvrir un espace pour les mouvements sociaux et pour les intellectuels critiques échangeant des expériences et des idées, pour contester l'hégémonie du néolibéralisme, était révolutionnaire. Cela a eu un impact mondial significatif. Contrevenant à la menace d'une guerre américaine contre l'Irak, le FSM a démontré son immense potentiel en appelant à des marches massives et mondialement coordonnées pour rejeter la guerre. Cependant, ce type d'initiatives n'a pas eu de suite.

Malheureusement, même maintenant, près de deux décennies plus tard, le FSM n'a accepté aucun changement de ses règles ou de ses pratiques. L'idée de l'espace ouvert interdit d'interagir avec le monde extérieur en tant qu'acteur politique mondial. Elle a marginalisé le Forum. Il n'est plus un point de référence. Ces dernières années, au moins trois grands mouvements populaires ont mobilisé des millions de personnes à travers le monde: la lutte contre le changement climatique, pour l'égalité des sexes et contre le racisme. Le FSM y a été totalement absent en tant que sujet politique mondial. Cependant, l'idée fondatrice du FSM de combattre le néolibéralisme à partir d'une vision holistique (et de manière non sectorielle) n'a perdu ni sa force ni sa validité. Il en va de même pour les luttes des FSM contre le colonialisme et le patriarcat, appelant au respect de la nature et des communs. Tous ces éléments continuent de nous parler aujourd'hui.

Il est impératif d'agir. Le monde a changé, et pas pour le mieux. Aujourd'hui, non seulement nous faisons face aux conséquences dévastatrices de quarante ans de capitalisme néolibéral, mais nous sommes également dominés par les marchés financiers et menacés par un changement climatique rapide qui pourrait rendre la vie humaine impossible sur Terre. La pauvreté de masse et les inégalités croissantes divisent nos sociétés, tout comme le racisme et la discrimination.

La résistance s'amplifie également. En 2019, nous avons assisté à une forte augmentation des mouvements, principalement de la jeunesse, dans de nombreuses grandes villes du monde. Les jeunes savent que le vieux monde est en train de mourir et ils sont impatients de construire un autre monde juste et pacifique, où tous les hommes et toutes les femmes sont égaux, préservant la nature et avec une économie subordonnée aux besoins de la société. Ils préparent de nombreuses alternatives, mais ils manquent d'un espace dans lequel ils peuvent se réunir, pour construire des discours mondiaux communs, basés sur des expériences de terrain, capables de conduire des actions futures. Les militants progressistes et les universitaires sont si fragmentés qu'ils risquent non seulement de perdre la bataille, mais aussi la guerre.

COVID-19 s'ajoute à toutes ces crises déjà existantes. Pour la première fois le virus affecte tout le monde simultanément, mais pas avec la même intensité. Le monde est devenu un village dans lequel nous sommes tous interdépendants. Jamais auparavant il n'a été aussi clair que nous devons agir et que nous devons le faire ensemble. Le Forum Social Mondial a toujours un potentiel important pour donner la parole aux mouvements, pour les aider à situer leurs alternatives dans un contexte global et pour permettre une convergence des discours et des pratiques. Pour cette raison, nous qui avons participé au FSM depuis sa création, qui avons signé les déclarations de Porto Alegre et de Bamako, appelons à un «Forum social mondial renouvelé». Nous sommes confrontés à une crise mondiale multidimensionnelle; des actions locales, nationales et mondiales sont nécessaires, avec toute l'articulation nécessaire entre ces niveaux. Le FSM est le cadre idéal pour encourager l'action. Voilà le but de cette initiative.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sôfia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

"Viver não é preciso" - Cuidado ou controle na pós pandemia?

AN Original

2020-08-03

Por Maria Elisa Borges



O cuidado se coloca como questão essencial neste momento de pandemia: cuidado com a saúde, física e mental, com as relações que precisam se manter vivas apesar da distância física.

O cuidado sempre foi um tema presente nos estudos sobre os humanos. Maturana, biólogo chileno, afirma que os humanos pertencem a uma linhagem com características neotênicas, ou seja, conservam traços da infância na vida adulta. Por isso, é uma espécie dependente do amor e do cuidado durante toda a sua existência.

Todos sabemos que só estamos vivos porque houve alguém que cuidou de nós na primeira infância. Como adultos, continuamos necessitando de amor, carinhos, afetos, toques. E na terceira idade, provavelmente, precisaremos dos cuidados físicos da infância.

Apesar disso, temos visto avançar uma certa ideia de que não precisamos nos preocupar com os outros, que devemos nos desligar dos “problemas”, “desencanar” como se diz nas gírias. Exemplo disso tem sido

o sucesso que livros de autoajuda que incentivam essa “arte sutil” de ligar o f*-se, um fenômeno que vem na esteira do fascínio pelo individualismo, um dos marcos desse momento histórico. “Ligar o f*-se” passa a ser propagado como estratégia de sobrevivência.

Alguns exemplos neste momento de desconfinamento, no Brasil, em Portugal e em vários lugares do mundo, mostram que esse caminho individualista tem sido seguido por muitos. Bares lotados sem utilização de máscaras, aglomerações, festas em espaços fechados ou abertos, dificultando o enfrentamento do coronavírus.

Além de sermos uma espécie dependente do cuidado, também temos grande dificuldade para lidar com as incertezas, com aquilo que foge ao nosso controle, como é o caso de uma pandemia. Gostamos de criar mecanismos e rituais para ter a ilusão de que controlamos os fatos externos.

Partindo dessas duas ideias, cuidado e controle, gostaria de chamar a atenção para duas questões: a primeira é que não devemos nos esquecer que somos resilientes, potentes, capazes de responder às dificuldades que nos são apresentadas de forma positiva.

No campo da saúde mental, podemos pensar, por exemplo, na questão da ansiedade, tão presente no contemporâneo e que está diretamente ligada a essa ilusão de controle. Em um momento de pandemia, o aumento da ansiedade é uma reação natural e saudável e, na maioria das vezes, as pessoas não precisam tomar remédios, ansiolíticos, que diminuem a ansiedade mas também diminuem as defesas, enfraquecendo os recursos internos para lidar com a crise. Entretanto, o que se constata é um aumento exponencial do consumo de ansiolíticos e antidepressivos.

Também na Sociologia, podemos buscar contribuições para compreender como as pessoas funcionam diante de grandes acontecimentos e como estruturam suas dinâmicas sociais em momentos de risco e de medo.

Contrariamente ao que afirmam muitos especialistas e dirigentes políticos, alguns estudos da Sociologia nos mostram que, em situações de desastre ou catástrofe, as respostas das populações não se baseiam na irracionalidade ou no pânico, mas na solidariedade. Demonstram capacidade de resistência, de recuperação e do restabelecimento dos laços.

No Brasil, diante da pandemia da COVID-19, nas comunidades mais carentes, que são as mais atingidas por serem mais vulneráveis, são os próprios moradores que têm se organizado para operações de limpeza, confecção de máscaras, coleta de cestas básicas e outros dispositivos necessários à sobrevivência, numa demonstração de grande organização da sociedade civil.

O mito de que os humanos reagem a essas situações movidos pelo pânico pode permitir aos responsáveis políticos e administradores monopolizarem as informações, reforçando a lógica do poder na gestão dos conhecimentos. Impede que se utilizem os conhecimentos dos cidadãos como recursos para planejar ações, colocando-se como obstáculo para uma concretização da capacidade de resiliência das populações.

Aquele que é rotulado como vulnerável é visto como alguém em permanente condição de risco. O que pode ser usado para acentuar a ideia de que as pessoas e as respectivas comunidades não possuem os recursos emocionais e psicológicos necessários para lidar com a mudança, fazer escolhas e lidar com as dificuldades. E por isso, dependem por completo dos peritos e especialistas para o diagnóstico, a prevenção e a intervenção. O poder permanece nas mãos dos peritos, que reforçam a desqualificação de saberes que são produzidos nas vidas e nas experiências.

Na pós-pandemia, precisamos estar atentos porque muitas vezes mecanismos de controle podem ser ofertados travestidos como estratégias de cuidados. Em diferentes campos – na tecnologia, na política e na psicologia - existe a produção de mecanismos de controle que tentam nos fragilizar como uma forma de nos controlar melhor. Vemos iniciativas de alguns países no sentido de estabelecer, o controle dos movimentos das pessoas através do monitoramento do telemóvel. Criando uma espécie de cerca virtual para monitorar onde as pessoas estão o tempo todo e acionar alarmes quando o dispositivo sai de determinada área autorizada.

Também surgem tecnologias que tentam recriar as atividades de um infectado acessando, a partir dos dados do telemóvel, o uso de cartões de crédito, os pagamentos feitos por meio eletrônico. Tudo com o objetivo de prevenir novos contágios.

Na política, é importante estarmos alerta a decretação de estados de emergência e de exceção, como estratégia de cuidado. É muito importante manter a democracia e os direitos adquiridos, sem se deixar seduzir por atitudes autoritárias governamentais.

Isso nos leva ao segundo ponto que gostaria de enfatizar: o oposto do f*se não é o controle, mas o cuidado. O descaso, o individualismo e o “desencarnar-se” jamais serão estratégias eficazes para a nossa sobrevivência. Também não podemos substituir as relações interpessoais e de cuidados mútuos pelo controle ou apenas pelo mundo remoto, como estamos sendo obrigados a viver hoje.

A vida é presencial, a vida se passa onde se possa dar um beijo, um abraço, onde se possa tocar em uma pessoa real. Somos uma espécie que precisa do toque, do carinho, das relações, estratégias fundamentais do cuidado.

Precisamos acreditar em nossa potência de vida, sabendo que a maioria de nós é capaz de enfrentar os desafios da vida sem a ajuda de medicamentos, que não necessitamos de ansiolíticos para continuar a viver. Compreender que algumas emoções podem ser vividas de forma dolorosa mas todas elas cumprem uma função específica importante em nosso equilíbrio psíquico.

Não nos deixar seduzir por sistemas de controle de comportamento na ilusão de que eles vão diminuir os riscos; criar dispositivos para que sejam ouvidas as vozes das pessoas que vivem as situações de risco, para além das vozes apenas de especialistas. Caso contrário, vamos nos sentir cada vez mais fragilizados em um mundo que é cada vez mais complexo.

Lembrando o grande poeta Fernando Pessoa, navegar é preciso; antes se fazia com bússolas, hoje se faz com GPS. Mas viver, viver não é preciso. Viver é uma viagem que não se faz com bússolas ou GPS. Não! É uma viagem feita de escolhas, de medos, de inseguranças, de riscos, mas também de persistências, de sonhos, de ousadias, de possibilidades, de cuidados, de relações, de afagos e de potência. Tudo que nós podemos ser capazes de viver na plenitude.

Maria Elisa Borges é investigadora visitante em estágio pós doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda – Rio de Janeiro – Brasil



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Un llamado contra la simplificación. Sobre los pueblos originarios y su re- existencia entre opresiones y emancipaciones

AN Original

2020-07-27

Por Ricardo Robles Zamarripa

Los pueblos originarios pueden ser concebidos de múltiples y diversas formas. Todas ellas deberían tener presente la inagotable heterogeneidad y riqueza que dentro y entre estos pueblos existe. En estas líneas haré referencia a los sujetos sociales que se autodefinen como «pueblos originarios» del Abya Yala y que -frecuentemente- son considerados también como «pueblos indígenas».

En este espacio -sin pretensiones conclusivas- presento una serie de ideas/semillas que buscan enfatizar la importancia de considerar a estos pueblos en toda su complejidad; criticar algunas dinámicas que suelen simplificarles y oprimirles; y resaltar la importancia de considerar realidades como las suyas al pensar y proponer soluciones frente a la realidad que enfrentamos como humanidad porque, aunque parecemos no comprenderlo, su bienestar es también el nuestro.

Desde hace varios años los pueblos originarios del Abya Yala señalan que los pueblos originarios han vivido una «larga noche» de -al menos- 500 años. Toman como punto de partida la invasión y conquista europeas. Un hecho histórico que sólo desde una posición centrada en Europa puede ser nombrado como «descubrimiento»; encubriendo el proceso aniquilador de civilizaciones que derivó de esa llegada. A partir de ese momento -sin desconocer las violencias y tensiones previas a esa invasión- estos pueblos han sido sujetos a una serie continua de opresiones que han variado con el paso del tiempo, dependiendo de los distintos contextos en los que se encuentran, y que provienen de distintas escalas. Opresiones viejas y opresiones nuevas que forman una continuidad ininterrumpida, sostenida a pesar del cambio «de épocas», de gobiernos estatales que se han asumido de muchas formas y, sin embargo, no dejan de reducirles a lo que más les convenga, a construirles como un problema, y negarles su autonomía y derecho a ser los dirigentes de su propia historia.

No obstante, también hay continuidad en las resistencias. Éstas no han dejado de nacer y crecer. Se han adaptado frente a nuevos y viejos ataques a la vida. La re-existencia se sigue afirmando día tras día. Aunque hay vida más allá de la resistencia.

Teniendo presente esta dinámica hay que decir muchas de las propuestas que se han generado para responder a la riqueza de los pueblos originarios no han sido suficientes para asegurar el respeto profundo a sus existencias. Piénsese en las propuestas dominantes desarrolladas desde el multiculturalismo, en cuanto reconocimiento positivo de la pluralidad y diversidad culturales. Éstas, por sí solas, no bastan. E incluso pueden ser una parte importante del problema; porque -como lo indica Claudia Zapata- no han sido suficientes para contrarrestar las opresiones a las que estos pueblos son

sujetos constantemente, ni para mejorar sustancialmente su calidad de vida. Como lo ha advertido Mariana Yumbai, ni siquiera un reconocimiento amplio como el contenido en una constitución como la ecuatoriana, ha alcanzado a detener las dinámicas opresivas que impactan cotidianamente a estos pueblos; el extractivismo sería una muestra de ello.

Añadamos a eso que parecería que muchas personas y pueblos originarios nos interpelan diciéndonos: «no somos sus indígenas». Afirmación que busca combatir esa voluntad de reducirles y simplificarles. Ya sea como fuentes inagotables de «lo bueno» o de «lo malo», según nuestros criterios. Contrario a eso, habría que **respetar y defender su «derecho a la complejidad»**. Estemos más allá de la dinámica del «indio permitido» (Charles Hale).

Esto impacta también en las propuestas y reflexiones sobre los derechos humanos. Tanto porque ese «indio permitido» suele ser aquel nivel de humanidad que se reconoce y acepta dentro del sistema social en el que vivimos, como porque, como señala Brisna Caxaj, también hay «derechos permitidos» a los pueblos originarios. Se les reconoce como diversos, se reconocen sus derechos culturales, pero cuando se trata del ejercicio de su autonomía, de su autodeterminación económica y política, ese reconocimiento no funciona; por el contrario, parecen activarse los «derechos no-permitidos».

Es fundamental que quien busque apoyar con sus reflexiones a los pueblos originarios considere que sexo, raza, y clase articulan muchas de las opresiones mencionadas anteriormente. Muchas personas y pueblos originarios constantemente hacen frente y reflexionan ante opresiones de carácter hetero-patriarcal, racista, colonial y capitalista casi siempre entrelazadas y que permiten jerarquizaciones injustas entre seres humanos diversos.

El proyecto de civilización occidental hegemónico ha tenido un rol central en producir y reproducir estas opresiones; porque de ello depende su éxito y mantenimiento como régimen civilizatorio prevalente. Ese proyecto no se reduce a los países del Norte Global pues como lo indica Boaventura de Sousa Santos, hay un «Norte» dentro de todo «Sur», y hay también colonialismo interno, como lo recuerda Pablo González Casanova. Debe romperse con ese etnocentrismo, debemos multiplicar los centros de nuestras reflexiones y acciones (Mbembe). Hay que provincializar y redimensionar Occidente para que esta configuración vigente e injusta del mundo no pueda mantenerse.

En este proceso, resulta central un pensamiento alternativo de las alternativas. Pensamiento que nace y se reproduce de la mano de lo cotidiano, de las acciones concretas del día a día (Silvia Rivera Cusicanqui). Allí, el pensamiento y acción de muchos pueblos originarios es determinante. Como lo han indicado Gladys Tzul Tzul y Yásnaya Aguilar, la vida comunitaria tiene mucho por enseñarnos. Los pueblos originarios, ante múltiples situaciones, se han organizado, han creado vida más allá de nuestros cánones, y resistido muchas veces incluso ante la ausencia, negligencia o violencia de múltiples actores sociales.

Sentipensando en todo lo anterior, esbozo un principio que busca sostener que existe un vínculo entre las realidades que consideramos como «centro» de nuestras reflexiones, diagnósticos y propuestas; y las posibilidades emancipatorias que éstas pueden tener: **Mientras mayor sea la exclusión y/u opresión consideradas, mayores serán las posibilidades contra-hegemónicas y emancipatorias de aquello que se propone. Por el contrario, mientras menor sea la exclusión y/u opresión consideradas, menores serán las posibilidades emancipatorias y contra-hegemónicas de lo propuesto.** Esto implica que las propuestas que se generan frente a los problemas que enfrentamos como humanidad, dependen en gran medida de la realidad donde coloquemos el «centro» desde el cual parten nuestras reflexiones y acciones. Las ideas que se piensan conforme ciertas realidades más privilegiadas pueden no ser útiles para todos los seres humanos. Sobre todo, aquellos cuyas realidades no fueron consideradas seriamente en la generación de las interpretaciones dominantes del mundo y de las alternativas posibles ante los problemas que existen. Esto significa, por ejemplo, que si lo que se persigue es la inclusión o el respeto de la autonomía habrá que considerar desde dónde se piensan tanto la «inclusión» como la «autonomía». Puede ser que la inclusión imaginada considerando el proyecto occidental dominante como centro, no sea suficiente para incluir otras realidades; y que lo que desde un centro privilegiado pueda considerarse como un «hito de autonomía» desde realidades subalternizadas se viva, incluso, como un «hito de opresión».

Por ello un pensamiento que busca contribuir a fines emancipatorios debería partir de la consideración de la realidad de las personas más oprimidas -según cada contexto- sin aceptar caer en la «olimpiada de las opresiones». Si la realidad de esas personas mejorase, si las opresiones y exclusiones abismales (B.

Santos) en su contra cesasen, las cosas mejorarían para la humanidad en su conjunto, y no sólo para una parte de ella.

En esa tarea, aprendamos de los pueblos originarios organizados y en lucha que no han dejado de hacer frente a esa triada de opresiones sistémicas y estructurales. Son una fuente valiosísima de experiencia y conocimiento. Tenemos mucho que aprender de ellos. El planeta que nos permite vivir ya no resiste nuestra forma (in)civilizada de vida. Vivimos a costa de mucha muerte.

Pongamos en frente la vida, replanteemos nuestros «centros». Dejemos de lado nuestra arrogancia. Dejemos de ser esos «hermanos menores» a los que el pueblo Kogui lleva al menos 30 años advirtiéndolo que caminamos hacia la muerte. Con pandemias o no, las de los pueblos originarios en Abya Yala siguen siendo un reservorio de la posibilidad de «otros mundos posibles», **¿estaremos a la altura para ser parte de las soluciones, o seguiremos siendo parte de los problemas?**



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A Amazônia entre projetos de vida e projetos de morte: Brasil, Colômbia e Peru

AN Original

2020-07-22

Por Edwin Medina, Luana Coelho, Pedro Martins

A atual crise causada por uma versão nova e repentina do corona vírus impactou muitos países do mundo, sendo uma pandemia que a humanidade sofre como um transe coletivo compartilhado. Se por um lado o vírus é democrático, seus impactos e efeitos demonstram como nossas sociedades não o são e expõem políticas de morte. A região amazônica, compartilhada por nove países da América do Sul, sofre desproporcionalmente o impacto da pandemia, com os mais altos níveis de letalidade em comparação com outras regiões. Em uma roda de conversa realizada no dia 13 de Julho 2020, vozes do Peru, Colômbia e Brasil refletiram sobre a importância vital da Amazônia e os impactos vivenciados a partir de uma racionalidade instrumental causada pela máquina da morte: capitalismo-colonialismo-racismo, que tornam certas vidas descartáveis. Como resultado, a violência e estigmatização sofrida pelos povos amazônicos, entre os quais os povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e demais povos racializados, é um padrão comum.

O debate representou um esforço coletivo de líderes indígenas, acadêmicos, ativistas em refletir sobre a importância ontológica, cognitiva e política da Amazônia, uma macrorregião que vai além dos contornos artificiais dos Estados-nação. Inicialmente analisou-se o peso epistêmico fundamental do território, historicamente subestimado, tanto quanto ao reconhecimento da humanidade de seus povos, como nas diversas formas de fazer política e pensar a sociedade. Em uma reflexão importante Juan Alberto Cortés Gómez, filósofo da Universidade Nacional da Colômbia, pondera contra a objetificação e os extrativismos realizados, inclusive pela academia.

Os diferentes relatos explicitaram os impactos da pandemia nos povos indígenas em um cenário onde o avanço das invasões nos territórios representa uma parcela central de um projeto, planejado e sistemático, de fragilizá-los e fomentar o genocídio. Finalmente, todos os participantes do seminário contribuíram com reflexões e propostas que levam a um pensamento autônomo e emancipatório, um que renova as lutas contra extrativismos epistêmicos, econômicos, culturais, políticos e cognitivos.

Em sua fala, Ketty Lopes, Coordenadora Nacional da Organización de Mujeres Indígenas Amazónicas Asháninkas de la Selva Central – Peru, refletiu sobre os olhares deslocados para esse território. O primeiro deslocamento é o olhar feito a partir dos grandes centros urbanos, evidenciando como o “fique em casa” não enxerga populações que necessitam produzir no cotidiano seus alimentos, além de terem que enfrentar o avanço das invasões em seus territórios neste mesmo período. Um segundo deslocamento é o olhar do saque, aquele que vê a região como um conjunto de recursos a ser explorado para garantir o “desenvolvimento” do país. Ketty Lopes nos propõe uma reflexão crítica sobre a interculturalidade, noção que, tão prontamente absorvida pelo Estado como instrumento de “diálogo”, tem se reduzido à tradução de textos das línguas originárias, mas também atuado como a face estatal

que intermedia o avanço das empresas extrativistas em território indígena. Quando o governo peruano propõe fazer processos de consulta prévia (Convenção 169 da OIT) durante a pandemia através de meios virtuais, evidencia-se que a situação excepcional em que vivemos não é suficiente para parar o avanço dos projetos expropriatórios e que, por outro lado, a consulta prévia é vista como mera formalidade para atender desígnios de um consumo supostamente justo por parte da comunidade internacional.

Nara Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), nos coloca os desafios que, no caso brasileiro, força os povos a enfrentar não somente a pandemia, mas um governo que, desde sua campanha eleitoral para presidência declara guerra à autonomia e à própria existência dos povos indígenas, como corpo-território. Como nos expõe Pedro Martins, advogado popular da organização Terra de Direitos, durante a pandemia a Amazônia brasileira foi submetida a uma nova estrutura de governança, agora centralizada, antidemocrática e voltada para o meio ambiente através do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Desde 2019 que o atual Governo Bolsonaro desestrutura espaços de participação popular e enseja o aumento dos conflitos nos territórios com o propósito de armar a população, desconsiderar direitos e incentivar violações de direitos humanos através da instalação de mineradoras e empresas de logística e infraestrutura. O Congresso Nacional pautou o retrocesso de marcos legais sobre terras no Brasil justamente num período em que não se poderia ir às ruas ou participar ativamente dos debates.

Em seu marco normativo, o Conselho Nacional da Amazônia tem a competência de atuar nas ações de saúde. Porém, ao contrário disso, desconsiderou a emergência sanitária e se destacou no combate ao desmatamento tomando iniciativas sem transparência e direcionadas para outros focos de floresta que não aqueles mais atingidos por desmatamento e queimadas. Essa iniciativa de governança para a Amazônia é composta por uma maioria de militares, centrada no comando do vice-presidente Hamilton Mourão, um general do exército, o que nos indica que a centralização da política para a Amazônia não é só antidemocrática e ineficiente, como também militarizada. O colapso do sistema de saúde aconteceu em menos de um mês após o anúncio dos primeiros casos de contaminação por covid19. Um fato que exemplifica o grau de afetação diferenciada sofrida pelos povos indígenas se reflete no fato de que, uma vez que um indígena contrai a doença, a taxa de mortalidade é de 9%, contra 5,2% da população brasileira. Na mesma época, período do inverno amazônico, os índices de desmatamento já eram superiores aos do mesmo período no ano anterior. Com a perspectiva de dissimular dados sobre o combate ao desmatamento e vender para o exterior uma imagem de fachada de que o Brasil protege a floresta amazônica, o Estado brasileiro deixa morrer os povos amazônicos que se reorganizam para viver.

Como nos relata Nara, Ketty e Harold, nos diversos contextos nacionais os povos tiveram que se organizar para criar cercos sanitários nos seus territórios para evitar o avanço do vírus, que ceifou as vidas de importantes membros das comunidades. Ao morrerem os mais velhos, que são os portadores de conhecimento ancestral, a tradição oral de reprodução do saber vê-se gravemente afetada. A partir de um olhar também de exotização para os povos, outros sentidos políticos são suplantados, sendo a medição da “pobreza” dos povos amazônicos por indicadores monetários um identificador relevante de tal deslocamento.

Por fim, Harold Rincón, da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), nos coloca um desafio: “como podemos fazer política através de nossos [povos originários] princípios de vida? Como os povos que hoje reproduzem o capitalismo genocida podem encontrar uma ética que permita a coexistência? Como evitar os antagonismos que a lógica colonial nos impôs e superar a gramática do inimigo?” O evento acabou encontrando um terreno comum em relação a necessidades dos “outros” povos buscarem uma ética em suas próprias culturas que não coloquem nos povos indígenas uma responsabilidade com o meio ambiente global, cuja destruição não é ação sua. Por outro lado, diante do desmonte dos marcos legais territoriais e ambientais, evidencia-se a necessidade de articular os processos de resistência que envolvam os diversos povos da Amazônia, assim como os apoiantes dos movimentos sociais organizados e da academia.

Os desafios são vários, especialmente quando os antagonismos estão postos de forma a impedir o diálogo. Exemplo disso foi a atuação de hackers durante o evento, através de mensagens de ódio, exemplificando o quão difícil é conceber outros mundos possíveis quando percebemos que aumenta a organização de grupos na sociedade que recorrem ao recurso da intimidação contra a existência mesma dos povos Amazonidas.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

**Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra**

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Moçambique, as mulheres e a pandemia

– II

AN Original - Alice Comenta

2020-07-21

Por Teresa Cunha

A escala global do fenómeno da infecção pelo novo Coronavírus, a rapidez da sua disseminação e a sua letalidade são, para além da tragédia, uma oportunidade para pensar colectivamente sobre as possibilidades que temos diante de nós para que nada fique como dantes. Estamos convencidas de que o estado das coisas a que chegamos ‘antes da pandemia’ é a razão profunda do desastre planetário que estamos a viver. Para isso precisamos perceber melhor os impactos que a pandemia está a ter na vida das pessoas, em especial na vida das mulheres.

As regras de confinamento que implicam restrições às actividades económicas e da mobilidade desdobram-se em vários impactos com uma especial incidência na vida e nos corpos das mulheres. É preciso ter consciência que as mulheres não param de menstruar, de engravidar e de enfrentar a escassez e a crescente violência dentro e fora das suas casas. Às mulheres continuam a caberem as tarefas de cuidar das crianças, de procurar medicamentos e comida nas machambas. As mulheres e as meninas continuam a ser as pessoas mais susceptíveis aos abusos e à má-nutrição porque as crenças e as práticas culturais não se modificaram apesar da pandemia. As mulheres continuam a tentar atravessar as fronteiras para levar por diante os seus negócios e modos de vida. Sabemos também que todas as dificuldades se agravam em contextos de emergência social.

Os impactos da pandemia na vida e na saúde das mulheres e raparigas moçambicanas são vários e profundos. Muitas delas têm-se reunido para pensar, reflectir e partilhar conhecimentos, procurar alternativas e contrariar o isolamento a que estão a ser obrigadas. A análise que se segue é o resultado de muitas conversas e de muitos testemunhos mediados pelo Fórum Mulher através das webinárias que tem promovido, semanalmente, ao longo destes últimos 4 meses. Nestas rodas de conversa participaram mulheres de muitas associações e instituições moçambicanas tais como: AMMCJ, AMOG, AMUDHF – Associação de Mulheres para a Promoção de Direitos Humanos e Combate às Fístulas, AMUEDO, Ca-Paz, COMUTRA, Direcção Nacional da Assistência Médica – MISAU, FOFEN Niassa, Fórum Mulher, Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência, Hixikanwe, KUTENGA, Marcha das Margaridas, MULEIDE, Mulheres no Comércio Transfronteiriço, NAFEZA, N’WETI, Pathfinder, Rede de Direitos Sexuais e Reprodutivos, Rede HOPEM, Universidade Unilúrio, UPC – Cabo Delgado, UPC – Nampula e ainda várias artistas da área da música, teatro e cinema. Participámos nestes diálogos algumas activistas-intelectuais do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e o Instituto de Estudos de Género da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

Os 13 IMPACTOS principais na vida das mulheres e raparigas em várias esferas da vida:

VIOLENCIA

- 1- O aumento da violência tanto em contexto doméstico como no espaço do trabalho, nomeadamente no exercício do trabalho sexual e doméstico;
- 2- O aumento de roubos, ataques sexuais devidos à mobilidade das mulheres quando se deslocam para irem às suas machambas, fazer pequenos negócios, compras ou prestação de auxílio;
- 3- O aumento das violações sexuais perpetradas no âmbito da família e das gravidezes indesejadas

SAÚDE

- 4- O aumento das infecções por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis por falta de protecção na vida sexual, aumento da prostituição para obtenção de renda ou recursos, retorno de familiares emigrados infectados;
- 5- O aumento dos riscos de infecção COVID 19 por falta de protecção adequada no trabalho, especialmente as profissionais de saúde, da alimentação e trabalhadoras domésticas;
- 6- Aumento de doenças do foro mental provocado pelo isolamento e o medo: depressão, ansiedade, falta de auto-estima, ataques de pânico;
- 7- O aumento da má-nutrição por escassez de alimentos e pelas regras culturais que deixam as mulheres e meninas para o fim no acesso aos alimentos e que piora de forma trágica em caso de calamidade pública;
- 8- O aumento da mortalidade materna e materno-infantil pela falta de acesso a cuidados adequados de saúde;

TRABALHO E RENDIMENTO

- 9- O aumento da sobrecarga do trabalho não-pago no contexto da família e da comunidade e o reforço da divisão sexual do trabalho devido à ausência de infra-estruturas públicas de apoio (escolas, creches e outras); além disso o confinamento no domicílio, sobretudo nas cidades e vilas, inviabiliza o apoio familiar ou de vizinhança;
- 10- O aumento do stress e do cansaço pela obrigação de levar a cabo várias tarefas ao mesmo tempo – multitasking – como o trabalho profissional a partir de casa e todas as tarefas do cuidado no âmbito familiar e comunitário;
- 11- O aumento da pobreza por perda do emprego, o aumento exponencial dos preços de bens essenciais, a restrição drástica das actividades económicas levadas a cabo pelas mulheres e a ausência de medidas de segurança social proporcionadas pelo Estado;

CIDADANIA BEM-ESTAR E PODER

- 12- O aumento do abuso de poder sobre os corpos e a vida das mulheres por parte das forças de segurança, policiais e militares;
- 13- Ausência das mulheres e das suas perspectivas e necessidades, sobretudo das mais atingidas, nas análises dos problemas da nação e na formulação de políticas e tomada de decisões tanto para o período de emergência quanto na fase de recuperação social e económica subsequente de pós-emergência.

Para terminar quero afirmar que esta pandemia, entre outras coisas, revela a trágica profundidade das desigualdades no mundo e, especialmente, a permanência das vulnerabilidades, das discriminações e das violências especialmente impostas às mulheres de todas as idades e de todos os cantos do planeta. Fica ainda, é claro, que nem todas as mulheres e as raparigas sofrem com a mesma intensidade, nem enfrentam em igualdade de condições as consequências da pandemia. Porém, é bom não esquecer que a experiência milenar das mulheres nos tem ensinado que, não importa a crise, a calamidade ou a tragédia, elas são sempre as mais atingidas, as menos protegidas e as que menos são ouvidas em todas as esferas da vida. Por isso, parece-nos fundamental levar a cabo uma reflexão feminista sobre a economia política onde radica a experiência da pandemia para, em seguida, a sabermos enfrentar com maior lucidez.

No próximo texto que dedicarei a pensar sobre a pandemia, Moçambique e as mulheres, além de explicitar as recomendações e exigências que as moçambicanas estão a levar por diante na sua sociedade, destacarei, a partir das suas reivindicações, algumas reflexões feministas sobre o carácter antropogénico e androcêntrico que está no âmago desta realidade.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Imigração e Criminalidade. O Problema das Estatísticas Oficiais na Itália

AN Original

2020-07-15

Por Rodrigues Alfredo

Em debates públicos sobre imigração, ouvimos falar do envolvimento dos imigrantes em episódios de crimes: pensa-se que os migrantes sejam mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos porque, ao analisar dados sobre comportamento ilegal e criminal nos países membros da União Europeia, são encontradas percentagens mais altas para imigrantes do que para nativos. O objectivo deste artigo não consiste em negar ou afirmar o comportamento ilegal e criminal dos imigrantes, mas demonstrar a incongruência e a finalidade última das estatísticas oficiais.



Fonte: Associazione Carta di Roma. <https://www.cartadiroma.org/news/carcere-solo/>. (14.07.20).

Em sociologia, a tradição da pesquisa empírica quantitativa remonta ao estudo de Durkheim sobre o *Suicídio* (1897). A partir deste estudo, o uso de estatísticas oficiais – disponibilizadas pelos órgãos de controle que atuam no campo criminal – para a análise de fenômenos desviantes e criminais tornou-se a fonte mais importante na política. Na Itália, existem cinco estatísticas principais vinculadas ao tópico

do crime: estatísticas de crimes, estatísticas sobre a criminalidade, estatísticas de julgamentos criminais, estatísticas dos réus condenados e estatísticas penitenciárias.

As *estatísticas de crimes* dizem respeito aos crimes denunciados à autoridade judicial, após investigações da polícia ou queixas apresentadas a eles pelos cidadãos. As *estatísticas de criminalidade*, por outro lado, tratam dos crimes pelos quais a autoridade judicial iniciou a ação criminal. Para fins estatísticos, a ação criminal é considerada iniciada quando a pessoa sujeita a investigações preliminares é formalmente acusada. As *estatísticas de julgamentos criminais* são coletadas pelo Ministério da Justiça, referem-se à atividade dos tribunais penais e contém inúmeras informações relacionadas a processos criminais. Enquanto as *estatísticas dos réus condenados*, coletadas pelo Instituto Nacional de Estatística (Istat), dizem respeito àqueles que foram considerados responsáveis por uma ofensa em um dos três níveis de julgamento (1º, 2º e 3º grau) e registram as principais características demográficas do infractor (sexo, idade, local de nascimento), da infração cometida e da sanção aplicada. Por último, as *estatísticas penitenciárias*, coletadas pela administração prisional, referem-se a presos e pessoas sujeitas a medidas alternativas à detenção, fornecem informações sobre os movimentos da população carcerária, suas características demográficas e a vida nas instituições prisionais (atividades, cursos de treinamento e eventos críticos, como suicídios).

As cinco fontes estatísticas não são usadas para a mesma finalidade. As estatísticas penitenciárias, dos processos criminais e dos réus condenados são geralmente usadas para analisar diferentes aspectos do funcionamento da justiça criminal. Enquanto as estatísticas de crimes e sobre a criminalidade são aquelas usadas para descrever o crime e seu curso. Nos debates públicos, essas duas fontes estatísticas são usadas para medir a criminalidade. A teoria de que os imigrantes são mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos deriva duma interpretação dessas duas fontes estatísticas.

Os defensores desta teoria não se perguntam "por quem" e "como" os dados disponíveis foram coletados e processados. Alguns sociólogos como Fabio Quassoli e Marcello Maneri afirmam que antes de usar as estatísticas oficiais é importante verificar se elas são de acordo com os três princípios das fontes empíricas: princípio de validade, confiabilidade e comparabilidade.

De acordo com o *princípio da validade*, os dados devem ser produzidos pela polícia e pelo sistema judicial, aplicando esquemas de classificação com base científica. Enquanto o *princípio da confiabilidade* afirma que os dados devem ser coletados aplicando os mesmos procedimentos de recolha de maneira constante e consistente ao longo do tempo. Por último, o *princípio da comparabilidade* define que os dados devem ser coletados aplicando os mesmos procedimentos de recolha em todas as fontes oficiais que um país possui. A questão é: os dados atualmente disponíveis sobre o comportamento ilegal e criminal de estrangeiros foram processados observando rigorosamente estes critérios? A resposta é negativa, por quatro razões.

Em primeiro lugar, porque os dados não são coletados por pesquisadores com o objetivo de responder perguntas específicas de maneira sistemática; em segundo lugar, porque os procedimentos de recolha de dados oficiais variam de uma fonte a outra; em terceiro lugar, porque os dados oficiais sobre a criminalidade de imigrantes estão sujeitos a variações importantes em relação à propensão de denúncia da população e a prioridade que o governo atribui à ação de controle e repressão de crimes; em quarto e último lugar, alterações legislativas e introdução de novas infrações mudam o quadro estatístico. Um exemplo pode ser útil para esclarecer este último aspecto.

Em 2008 foi aprovada a lei 125/2008 que introduziu no código Penal uma circunstância agravante para o estrangeiro que comete um crime enquanto é presente "ilegalmente" no território nacional. Foi estabelecido que ser estrangeiro não residente legalmente representava em si uma condição de maior perigo, independentemente de outras circunstâncias. Isso significa, por exemplo, que diante de um assalto cometido por um italiano e um estrangeiro – que imaginamos ter o mesmo papel na prática do crime e ambos nas mesmas condições econômicas e sociais – o crime do estrangeiro será considerado mais grave apenas por não ser cidadão italiano mas ilegalmente residente.

Em 2019 foi aprovada a lei 94/2009 que introduziu no código Penal o "crime de presença irregular na Itália", definido indevidamente na linguagem da mídia, como "crime de imigração ilegal".

Em 2010 o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a "circunstância agravante" da imigração ilegal introduzida em 2008. Um ano depois (abril de 2011), o Tribunal de Justiça da União Europeia julgou contra à legislação 94/2009 na medida em que prevê a utilização de sanções disciplinares, de

sanção à permanência irregular do estrangeiro (Acórdão de 28 de abril de 2011, Hassen El Dridi, processo c-61/11). Consequentemente, os tribunais nacionais foram solicitados a não aplicar a legislação.

Além das razões acima mencionadas, é importante também considerar o fato de que muitos estrangeiros em situação irregular não denunciam os crimes que sofrem por medo de ser expulsos. Portanto, há um número considerável de crimes cometidos pelos nativos (não só) que permanece desconhecido. O artigo 18 da Lei 286/1998 prevê a emissão de uma autorização de residência especial para estrangeiros que denunciam a violência e exploração sexual e/ou de trabalho (essa permissão pode ser convertida em uma autorização de residência para fins de trabalho e estudo). Os estrangeiros em situação irregular vêm nisto um engano. A denúncia da violência e exploração sofrida implica ao mesmo tempo a denúncia da própria condição jurídica: o risco de ser expulso é mais alto. Portanto, as estatísticas oficiais não são uma medida exaustiva de todos os crimes cometidos, uma vez que grande parte deles não são registrada.

Para terminar pode ser útil esclarecer um pouco sobre a utilidade do estudo das estatísticas oficiais. As estatísticas oficiais são um produto de decisões complexas da autoridade supervisora em vários níveis: do Ministério que dita as diretrizes político-administrativas ao agente da lei. A análise dos dados e a comparação de diferentes estatísticas servem basicamente para esclarecer o *modus operandi* dos órgãos de controle que atuam no campo criminal de um determinado país. Em outras palavras, estudar a maneira como os dados oficiais são coletados e processados significa destacar os critérios explícitos e implícitos usados pelos especialistas do sistema penal para classificar ações e pessoas, bem como a maneira pela qual as regras estabelecidas nos códigos são aplicadas no curso do trabalho diário de policiais e profissionais do direito.

Rodrigues Alfredo, PhD, Universidade de Roma “La Sapienza”.Email: rodriguesalfredo87@gmail.com



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sola
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.